

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL (PPGDC)
LINHA DE PESQUISA: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS E PODER JUDICIÁRIO
PROFESSOR: ROBERTO FRAGALE

EMENTA

Administração de conflitos na justiça brasileira. Explosão de litigiosidade e políticas institucionais de administração de conflitos. Mecanismos alternativos de resolução de conflitos. Estudo de casos.

OBJETIVOS

O curso pretende examinar como o poder judiciário, em um ambiente de intensa litigiosidade, realiza a administração dos diferentes tipos de conflito que lhe são trazidos. Após uma análise preliminar do sentido da atuação judicial e da dimensão quantitativa da litigiosidade que lhe é submetida, o curso volta-se para diferentes tipos de conflitos – políticos, penais, de saúde, de gênero, administrativos, do trabalho – para refletir sobre as formas de enfrentamento empregadas pelo poder judiciário. Por fim, o curso volta-se para os mecanismos alternativos de resolução de conflitos, com ênfase na mediação e nos possíveis impactos de sua institucionalização pelo próprio poder judiciário.

METODOLOGIA

O curso, além de aulas expositivas, comporta a realização de seminários pelos alunos com base na bibliografia indicada.

HORÁRIO

De 9h00 às 12h00, às segundas-feiras.

AVALIAÇÃO

No prazo regimental, após o encerramento das aulas, os alunos deverão apresentar um texto de 15.000 caracteres com espaços, cujo conteúdo deverá necessariamente incorporar as discussões da disciplina e, na medida do possível, deverá dialogar com seus específicos objetos de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

AULA I

FALCÃO, Joaquim (1994). "O desequilíbrio entre a demanda da sociedade civil e a oferta do Poder Judiciário". *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 2, p. 26-32. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n02/v08n02_05.pdf, acesso em: 10.07.2014.

FALCÃO, Joaquim (2007). "O futuro é plural: administração de justiça no Brasil". *Revista USP*, São Paulo, n. 74, p. 22-35, junho/agosto. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13600/15418>, acesso em: 10.07.2014.

AULA II

TENENBLAT, Fabio (2011). "Limitar o acesso ao poder judiciário para ampliar o acesso à justiça". *Revista CEJ*, Brasília, Ano XV, n. 52, p. 23-35, janeiro/março. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r27111.pdf>, acesso em: 10.07.2014.

AULA III

LIMA, Roberto Kant (2010). "Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada". *Anuário Antropológico 2009-2*, Brasília, p. 25-51, dezembro. Disponível em:

http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202009_II%20Dez%2010/Sensibilidades%20Jur%C3%ADdicas.pdf, acesso em: 10.07.2014,

SINHORETTO, Jacqueline (2010). "Campo estatal de administração de conflitos: múltiplas intensidades da justiça". *Anuário Antropológico 2009-2*, Brasília, p. 109-123, dezembro. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202009_II%20Dez%2010/Campo%20estatal.pdf, acesso em: 10.07.2014,

AULA IV

MCCANN, Michael W. (2010). "Poder judiciário e mobilização do direito: uma perspectiva dos 'usuários'". *Revista da EMARF, Cadernos Temáticos – Justiça constitucional no Brasil: política e direito*, Rio de Janeiro: EMARF – TRF 2ª Região. Disponível em: <http://www.trf2.gov.br/emarf/documents/revistaemarfseminario.pdf#page=176>, acesso em: 10.07.2014.

VERONESE, Alexandre (2007). "Projetos judiciais de acesso à justiça: entre assistência social e serviços legais". *Revista Direito GV 5*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 13-34. Disponível em: <http://gajop.org.br/justicacitada/wp-content/uploads/Projetos-Judiciarios-de-Acesso-aa-Justica1.pdf>, acesso em: 10.07.2014.

AULA V

OLIVEIRA, Vanessa Elias de (2009). "Poder Judiciário: árbitro dos conflitos constitucionais entre estados e União". *Lua Nova*, n. 78, p. 223-250. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n78/a11n78.pdf>, acesso em: 10.07.2014.

ZAULI, Eduardo Meira (2011). "Judicialização da política, poder judiciário e comissões parlamentares de inquérito no Brasil", *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 195-209, junho. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n40/14.pdf>, acesso em: 10.07.2014.

AULA VI

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de (2007). "Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a 'violência doméstica'". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 305-337, julho/dezembro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a13n29.pdf>, acesso em: 10.07.2014.

MACIEL, Welliton Caixeta (2010). "Processos institucionais de administração de conflitos, produção de 'verdades jurídicas' e representações sociais sobre a questão da violência doméstica contra a mulher no Distrito Federal". BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **6º Prêmio Construindo a igualdade de gênero – redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores – 2010**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/spm_6premio_web.pdf, acesso em: 10.07.2014.

NOBRE, Maria Teresa; BARREIRA, César (2008). "Controle Social e Mediação de Conflitos: as delegacias da mulher e a violência doméstica". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, n. 20, p. 138-163, julho/dezembro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n20/a07n20.pdf>, acesso em: 10.07.2014.

AULA VII

BORGES, Danielle da Costa Leite; UGÁ, Borges, Maria Alicia Dominguez (2009). "As ações individuais para o fornecimento de medicamentos no âmbito do SUS: características dos conflitos e limites para a atuação judicial". *Revista de Direito Sanitário*, São Paulo, v. 10, n. 1. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/13144/14950>, acesso em: 10.07.2014.

WANG, Daniel Wei Liang (2009). **Poder Judiciário e participação democrática nas políticas públicas de saúde** (dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação da faculdade de direito da Universidade de São Paulo). Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21062011-134507/publico/Daniel_Wei_Liang_Wang_Dissertacao.pdf, acesso em: 10.07.2014.

AULA VIII

COELHO, Meire Lúcia Monteiro Mota Coelho; LÚCIO, Magda de Lima (2010). "Litigiosidade e impacto na gestão pública – A mediação como instrumento de gestão – A experiência da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal". Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central, Brasília, v. 4, n. 2, p. 75-98, dezembro. Disponível em: http://www.bc.gov.br/pgbcb/122010/revista_pgbc_vol4_n2_dez2010.pdf#page=75, acesso em: 10.07.2014.

AULA IX

AZEVEDO, André Gomma (org.) (2013). **Manual de mediação judicial** (4ª ed.). Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/programas/conciliacao/manual_mediacao_judicial_4ed.pdf, acesso em: 10.07.2014.

NASCIMENTO, André Luis; LEONELLI, Margaret; AMORIM, Simone; LEONELLI, Vera (2007). **Guia de mediação popular**. Salvador: Juspopuli Escritório de Direitos Humanos. Disponível em: http://juspupoli.org.br/arquivos/publicacoes_dw/Guia_de_Mediacao_Popular.pdf, acesso em: 10.07.2014.

AULA X

GABBAY, Daniela Monteiro (2011). **Mediação e judiciário: condições necessárias para a institucionalização dos meios autocompositivos de solução de conflitos** (tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação da faculdade de direito da Universidade de São Paulo). Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-24042012-141447/publico/Daniela_Monteiro_Gabbay.pdf, acesso em: 10.07.2014.

AULA XI

MÜLLER, Fernanda Graudenz (2007). **Competências profissionais do mediador de conflitos familiares** (dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89767/242477.pdf?sequence=1>, acesso em: 10.07.2014.

AULA XII

GOLANN, Dwight (2002). "Is Legal Mediation a Process of Repair - Or Separation? An Empirical Study, and Its Implications. *Harvard Negotiation Law Review*, v. 7, p. 301-336; *Suffolk University Law School Research Paper*. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1310926>, acesso em: 10.07.2014.